

Comissão Permanente de Licitação - CPL/SRP

ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2016, da Comissão CPL-SRP, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2016**, tipo "Menor Preço por Lote", **Objeto Natureza:** Compras. **Objeto Descrição:** Registro de Preços visando o fornecimento de materiais de expediente para atendimento das necessidades da Procuradoria Geral de Justiça, de acordo com o Termo de Referência - Anexo I do citado Edital. Considerando as atribuições dispostas no Art. 18, inciso V, da Resolução RES-PGJ n.º 006/06, de 10.10.2006, publicada no DOE 11.10.06, atendendo ao disposto no Art. 4º, inciso XX e XXI da Lei Federal n.º 10.520/2002 e Art. 8º, incisos X e XII, do Decreto Estadual n.º 32.541/2008, e suas alterações posteriores, declaro vencedores e **ADJUDICO** o objeto do referido processo, conforme a seguir: 1) **AGN GROUP SUPRIMENTOS EIRELI EPP**, CNPJ/MF Nº 10.823.380/0001-18 - Lote: 12-A; 2) **BML COMERCIAL LTDA - ME**, CNPJ/MF Nº 11.292.106/0001-22 - Lotes: 7-A, 8-A, 11-A, 13-A, 35-A, 36-A, 37-A, 3-B, 6-B, 7-B, 8-B, 25-B, 29-B, 30-B, 35-B, 36-B, 37-B e 50-B; 3) **COMERCIAL LASER LTDA**, CNPJ/MF Nº 35.525.930/0001-43 - Lotes: 3-A, 16-A, 17-A, 19-A, 20-A, 21-A e 33-A; 4) **COMERCIAL PARANHOS LTDA - ME**, CNPJ/MF Nº 02.616.079/0001-05 - Lotes: 10-A, 23-A, 44-A, 45-A, 50-A, 10-B, 23-B e 27-B; 5) **EMP DOS SANTOS PINTO & CIA LTDA - ME**, CNPJ/MF Nº 10.973.680/0001-83 - Lote: 22-A; 6) **MACHADO ARMARINHOS LTDA - EPP**, CNPJ/MF Nº 24.174.062/0001-88 - Lotes: 1-A, 4-A, 5-A, 6-A, 9-A, 14-A, 15-A, 18-A, 24-A, 25-A, 27-A, 28-A, 30-A, 39-A, 41-A, 42-A, 43-A, 46-A, 47-A, 48-A, 49-A, 5-B, 9-B, 14-B, 15-B, 16-B, 17-B, 18-B, 22-B, 24-B, 26-B, 28-B, 39-B, 40-B, 41-B, 42-B, 43-B, 44-B, 45-B, 46-B, 47-B, 48-B e 49-B; 7) **SATISFAZ COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA - ME**, CNPJ/MF Nº 08.054.930/0001-30 - Lotes: 40-A e 1-B; 8) **CONSERVI COMERCIO E SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS LTDA - ME**, CNPJ/MF Nº 70.214.374/0001-95 - Lotes: 26-A, 38-A, 11-B, 12-B, 13-B e 38-B. O referido processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para fins de **HOMOLOGAÇÃO**. Recife, 29 de setembro de 2016. **AIDELO JOSÉ DE BARROS FILHO**, Pregoeiro - CPL/SRP.

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2016, da Comissão CPL-SRP, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2016**, tipo "Menor Preço por Lote", **Objeto Natureza:** Compras. **Objeto Descrição:** Registro de Preços visando o fornecimento de materiais de expediente para atendimento das necessidades da Procuradoria Geral de Justiça, de acordo com o Termo de Referência - Anexo I do citado Edital. Considerando as atribuições dispostas no Art. 9º, em especial no inciso V, da Lei Complementar Estadual n.º 12/94, alterada pela Lei Complementar Estadual n.º 21/98, atendendo ao disposto no Art. 4º, inciso XXII da Lei Federal n.º 10.520/2002, Art. 14 do Decreto Estadual n.º 42.530/2015, e suas alterações posteriores, inciso III do Art. 5º da Resolução RES-PGJ n.º 006/2006, de 10 de outubro de 2006, publicada no Diário Oficial do Estado de 11.10.2006 e o inciso XVII do Art. 76 da Resolução RES-PGJ n.º 002/2014, de 17.03.2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 19.03.2014, acolho o julgamento do Pregoeiro da CPL-SRP e **HOMOLOGO** o referido certame às Empresas: 1) **AGN GROUP SUPRIMENTOS EIRELI EPP**, CNPJ/MF Nº 10.823.380/0001-18 - Lote: 12-A - R\$ 3.360,00; VALOR TOTAL DA EMPRESA 1: R\$ 3.360,00; 2) **BML COMERCIAL LTDA - ME**, CNPJ/MF Nº 11.292.106/0001-22 - Lotes: 7-A - R\$ 10.148,25, 8-A - R\$ 10.735,00, 36-A - R\$ 9.574,49, 37-A - R\$ 4.359,88, 3-B - R\$ 46,00, 6-B - R\$ 105,82, 7-B - R\$ 3.382,75, 8-B - R\$ 703,37, 25-B - R\$ 5.480,00, 29-B - R\$ 90,60, 30-B - R\$ 5.283,00, 35-B - R\$ 3.515,00, 36-B - R\$ 3.134,64, 37-B - R\$ 1.326,92 e 50-B - R\$ 1.250,00; VALOR TOTAL DA EMPRESA 2: R\$ 65.572,35; 3) **COMERCIAL LASER LTDA**, CNPJ/MF Nº 35.525.930/0001-43 - Lotes: 3-A - R\$ 135,00, 16-A - R\$ 469,58, 17-A - R\$ 219,96, 19-A - R\$ 251,60, 20-A - R\$ 357,20, 21-A - R\$ 357,20 e 33-A - R\$ 302,40; VALOR TOTAL DA EMPRESA 3: R\$ 2.092,94; 4) **COMERCIAL PARANHOS LTDA - ME**, CNPJ/MF Nº 02.616.079/0001-05 - Lotes: 10-A - R\$ 2.889,00, 23-A - R\$ 3.404,25, 44-A - R\$ 787,50, 45-A - R\$ 787,50, 50-A - R\$ 3.997,50, 10-B - R\$ 963,00, 23-B - R\$ 1.134,75 e 27-B - R\$ 409,20; VALOR TOTAL DA EMPRESA 4: R\$ 14.372,70; 5) **EMP DOS SANTOS PINTO & CIA LTDA - ME**, CNPJ/MF Nº 10.973.680/0001-83 - Lote: 22-A - R\$ 1.194,00; VALOR TOTAL DA EMPRESA 5: R\$ 1.194,00; 6) **MACHADO ARMARINHOS LTDA - EPP**, CNPJ/MF Nº 24.174.062/0001-88 - Lotes: 1-A - R\$ 144,90, 4-A - R\$ 2.344,66, 5-A - R\$ 970,80, 6-A - R\$ 296,06, 9-A - R\$ 834,00, 14-A - R\$ 3.873,48, 15-A - R\$ 1.788,40, 18-A - R\$ 97,35, 24-A - R\$ 222,75, 25-A - R\$ 18.000,00, 29-A - R\$ 1.389,32, 38-A - R\$ 374,85, 30-A - R\$ 13.158,00, 39-A - R\$ 1.002,14, 41-A - R\$ 7.618,50, 42-A - R\$ 624,60, 43-A - R\$ 624,60, 46-A - R\$ 1.412,84, 47-A - R\$ 1.548,75, 48-A - R\$ 3.446,25, 49-A - R\$ 6.774,00, 5-B - R\$ 323,60, 9-B - R\$ 278,00, 14-B - R\$ 1.283,52, 15-B - R\$ 591,60, 16-B - R\$ 152,83, 17-B - R\$ 77,19, 18-B - R\$ 32,45, 22-B - R\$ 384,50, 24-B - R\$ 74,25, 26-B - R\$ 822,25, 28-B - R\$ 124,95, 39-B - R\$ 332,86, 40-B - R\$ 3.109,42, 41-B - R\$ 2.539,50, 42-B - R\$ 208,43, 43-B - R\$ 208,20, 44-B - R\$ 261,60, 45-B - R\$ 261,60, 46-B - R\$ 48,16, 47-B - R\$ 516,25, 48-B - R\$ 1.148,75 e 49-B - R\$ 2.258,00; VALOR TOTAL DA EMPRESA 6: R\$ 82.003,93; 7) **SATISFAZ COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA - ME**, CNPJ/MF Nº 08.054.930/0001-30 - Lotes: 40-A - R\$ 9.079,53 e 1-B - R\$ 49,20; VALOR TOTAL DA EMPRESA 7: R\$ 9.128,73; 8) **CONSERVI COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS LTDA - ME**, CNPJ/MF Nº 70.214.374/0001-95 - Lotes: 26-A - R\$ 2.475,00, 38-A - R\$ 33.193,23, 11-B - R\$ 547,25, 12-B - R\$ 1.416,00, 13-B - R\$ 1.161,00 e 38-B - R\$ 10.980,27. VALOR TOTAL DA EMPRESA 8: R\$ 49.772,75. VALOR GLOBAL LICITADO: R\$ 227.497,40. FRACASSADOS os Lotes: 29-A, 32-A, 34-A, 51-A, 19-B, 20-B, 21-B, 34-B, 51-B. DESERTOS os lotes: 2-A, 31-A, 2-B, 4-B, 31-B, 32-B, 33-B. Ficam convocadas as empresas acima mencionadas, para no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, comparecerem na sala da CPL-SRP, situada na Rua do Sol, 143, 5º andar do Edifício IPSEP, Santo Antônio, Recife/PE, para assinatura da Ata de Registro de Preços n.º 012/2016. Recife, 29 de setembro de 2016. **AGUALNDO FENELON DE BARROS**, Promotor de Justiça - Secretário Geral do Ministério Público.

Escola Superior do Ministério Público

AVISO Nº 055/2016-ESMP-PE

A Diretora da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco, Dra. Deluse Amaral Rolim Florentino, AVISA que estão abertas as inscrições para a Palestra "Vamos tirar dúvidas sobre o câncer de mama?", ação que integra a Campanha do Outubro Rosa no MPPE, a ser realizada no **dia 24 de outubro de 2016, das 10h às 12h**, conforme especificações a seguir:

Objetivo: Esclarecer as principais dúvidas sobre o câncer de mama e as formas de detecção precoce da doença.
Local: Auditório da Escola Superior do MPPE (Rua do Sol, nº 143, 5º andar, Santo Antônio, Recife/PE).
Carga Horária: 2 horas
Público alvo/Vagas: Membros, servidores e estagiários do MPPE. Serão oferecidas 45 vagas a serem preenchidas por ordem cronológica de inscrição.
Inscrições: de 03 a 19 de outubro de 2016 ou até o preenchimento das vagas oferecidas, por meio de formulário on line disponibilizado na página <http://www.mppe.mp.br>, menu Institucional > Escola Superior > Cursos, Palestras e Seminários.
Certificado: Será emitido certificado de participação (100% da frequência).
Informações: telefones 81-3182-7348/31827351, das 12h às 18h, de segunda a sexta-feira.
Realização: Ministério Público de Pernambuco, por meio da Escola Superior do MPPE.

Programação:
10h00 – Credenciamento e distribuição do laço rosa (símbolo da campanha)
10h30 – Solenidade de Abertura
Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda – Procurador Geral de Justiça/MPPE
Deluse Amaral Rolim Florentino – Diretora da Escola Superior do MPPE
11h – **Palestra Tema:** Vamos tirar dúvidas sobre o Câncer de mama?
Palestrantes:
- Marietela de Oliveira Simonin, Procuradora de Justiça aposentada e Escritora,
- Isabel Cristina Pereira, Médica Mastologista, Cirurgiã Oncológica e Coordenadora do Centro de Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Mama do IMIP.
12h – Encerramento

Recife, 30 de setembro de 2016.

Deluse Amaral Rolim Florentino
Promotora de Justiça
Diretora da ESMP

Promotorias de Justiça

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA
PROMOÇÃO E DEFESA DA SAUDE**

PORTARIA Nº 167/16 - 11ª PJS

Referência: PP nº 092/2016 - 11ª PJS

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, por intermédio de sua representante infra-assinada, titular da 11ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, com atuação na Promoção e Defesa da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal, pelo art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e art. 6º, I, da Lei Complementar Estadual nº 12/94:

Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, dentre os quais a saúde (artigos 127 e 129, II, todos da Constituição da República);

Considerando que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado (art. 197 da Constituição de 1988);

Considerando o vencimento do prazo fixado para conclusão do presente procedimento preparatório, nos termos do art. 22 da Resolução RES-CSMP nº 001/2012;

Considerando, por fim, a necessidade de efetuar diligências e produzir provas para o deslinde da questão, vez que os elementos trazidos ainda são insuficientes para a formação do convencimento;

CONVERTE o presente PP em **INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**, visando à continuidade da investigação;

DETERMINANDO:

registrem-se e autuem-se, no sistema Arquimedes, as peças oriundas do PP 092/2016 - 11ª PJS na forma de Inquérito Civil, com as anotações de praxe, com o escopo de **apurar supostas irregularidades na dispensação de medicamentos para tratamento de hipertensão arterial pulmonar pela Farmácia do Estado de Pernambuco;**

comunique-se ao Conselho Superior e à Corregedoria-Geral do Ministério Público de Pernambuco;

remeta-se cópia, em meio magnético, ao CAOP – Saúde e à Secretaria Geral do Ministério Público, para fins de publicação no DOE;

aguardem-se as respostas dos oficiais enviados aos fornecedores de medicamentos à SES, consoante o ICC 002/2012 – 11ª/34ª PJS;

Recife, 23 de setembro de 2016.

Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

11ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital
Promoção e Defesa da Saúde

**17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA
DA CAPITAL – DEFESA DO CONSUMIDOR,**

PORTARIA 052/15-17 DE CONVERSÃO DE PP

INQUÉRITO CIVIL Nº 052/15-17ª

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da 16ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, com atuação na Promoção e Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, combinados com os artigos 1º, inciso IV e 8º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 7.347, de 14 de julho de 1985, art. 4º, inciso IV, "a", da Lei Complementar Estadual nº 12, de 27 de dezembro de 1994, com as alterações da Lei Complementar Estadual nº 21, de 28 de dezembro de 1998;

Considerando o teor da Resolução RES-CSMP nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco e da Resolução RES-CNMP nº 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentaram os procedimentos preparatórios instaurados pelo Ministério Público, determinando o prazo de noventa dias para conclusão dos procedimentos preparatórios, prorrogável por igual prazo, vencido o qual será imprescindível o ajuizamento de ação pública ou conversão em inquérito civil;

Considerando a denúncia em face da UNIMED FESP sobre indícios de negativa de acompanhamento de técnica de enfermagem por 24hs;

Considerando a tramitação do PP nº 052/15-17ª nesta Promotoria de Justiça;

RESOLVE transformar o Procedimento Preparatório Nº 052/15-17 em Inquérito Civil, adotando a Secretaria da PJ de Defesa do Consumidor as seguintes providências:

1. Remeta-se cópia desta Portaria ao CAOP de Defesa do Consumidor para conhecimento e à Secretaria Geral do Ministério Público para publicação no Diário Oficial do Estado;
Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria Geral de Justiça o teor da presente Portaria;
Solicite-se à Secretaria, por intermédio dos telefones indicados na denúncia de fls. 002 a 003, que seja encaminhado dados pessoais da beneficiária, endereço atualizado e número da carteira do plano de saúde. Em seguida, certifique-se das diligências adotadas. Após as referidas providências, voltem-me os autos conclusos.
Proceda-se à alteração nos livros próprios e no sistema Arquimedes.

Recife, 30 de setembro de 2016.

MAVIAEL DE SOUZA SILVA

17º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital –
Defesa do Consumidor

PORTARIA Nº 022/16-17 DE CONVERSÃO DE PP

INQUÉRITO CIVIL Nº 022/16-17ª

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da 17ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, com atuação na Promoção e Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, combinados com os artigos 1º, inciso IV e 8º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 7.347, de 14 de julho de 1985, art. 4º, inciso IV, "a", da Lei Complementar Estadual nº 12, de 27 de dezembro de 1994, com as alterações da Lei Complementar Estadual nº 21, de 28 de dezembro de 1998;

Considerando o teor da Resolução RES-CSMP nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco e da Resolução RES-CNMP nº 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentaram os procedimentos preparatórios instaurados pelo Ministério Público, determinando o prazo de noventa dias para conclusão dos procedimentos preparatórios, prorrogável por igual prazo, vencido o qual será imprescindível o ajuizamento de ação pública ou conversão em inquérito civil;

Considerando a denúncia em face do Peixe Urbano Web Serviços Digitais Ltda. sobre indícios de propaganda enganosa;

Considerando a tramitação do PP nº 022/16-17ª nesta Promotoria de Justiça;

RESOLVE transformar o Procedimento Preparatório Nº 022/16-17 em Inquérito Civil, adotando a Secretaria da PJ de Defesa do Consumidor as seguintes providências:

Remeta-se cópia desta Portaria ao CAOP de Defesa do Consumidor para conhecimento e à Secretaria Geral do Ministério Público para publicação no Diário Oficial do Estado;
Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria Geral de Justiça o teor da presente Portaria;
Notifique-se a denunciante para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, encaminhe cópias de documentos que comprovem os fatos indicados na denúncia de fls. 002 a 003 (cópias em anexo).

Oficie-se ao Procon/PE para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, encaminhe cópias de eventuais reclamações em do Peixe Urbano que tenham como objeto "Ingressos de cinema cinemark por 1 (um) real".

Proceda-se à alteração nos livros próprios e no sistema Arquimedes.

Recife, 30 de setembro de 2016.

MAVIAEL DE SOUZA SILVA

17º Promotor de Justiça de Defesa da
Cidadania da Capital – Defesa do Consumidor

**44ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA
DA CIDADANIA DA CAPITAL
PROMOÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**

PORTARIA Nº. 031/2016

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por seu representante que a esta subscreve, em exercício cumulativo na **44ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital**, com atuação na Promoção e Defesa do Patrimônio Público, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, combinados com os artigos 1º, inciso IV e 8º, § 1º, da Lei Federal nº 7.347/85 e artigo 4º, inciso IV, "a", da Lei Complementar Estadual nº 12, de 27 de dezembro de 1994, com as alterações da Lei Complementar nº 21, de 28 de dezembro de 1998;

CONSIDERANDO os termos da Resolução RES CSMP nº. 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco e da Resolução RES-CNMP nº. 003/007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentaram o Inquérito e outros instrumentos destinados à Tutela Extrajudicial de Direitos Transindividuais;

CONSIDERANDO a disposição contida no art. 22 e seu § único da Resolução RES CSMP nº. 001/2012, determinado que "o procedimento deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável, e que "vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuzará à respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil";

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de adoção de providências no sentido de adequar os procedimentos em tramitação nesta Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania;

CONSIDERANDO que os autos em apreço, sob a denominação de Procedimento Preparatório nº. 112/15, diz respeito a supostos atos praticados por associação criminosa que atentaram contra a licitude de concurso público para o cargo de Agente de Segurança Municipal;

CONSIDERANDO o quantitativo de procedimentos em tramitação nesta Promotoria de Justiça, bem como da complexidade inerente à matéria, conjugada à necessidade de adoção de procedimentos outros imprescindíveis a firmar a convicção do Ministério Público na condução dos feitos extrajudiciais, tais como: solicitações e requisições instrutórias; observância de prazos respectivos; realização de vistorias *in loco*, ministeriais ou dos órgãos competentes; realização de audiências e reuniões, e adequação destas com a disponibilidade de pauta; além da necessária análise de todos os documentos jurídicos e técnicos juntados aos autos;

CONSIDERANDO a premente necessidade de se prosseguir com a investigação dos fatos para o esclarecimento e adoção de medidas corretivas, se necessário for;

CONSIDERANDO, enfim, às atribuições desta Promotoria de Justiça, **RESOLVE CONVERTER** o presente **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO** em **INQUÉRITO CIVIL**, adotando as seguintes providências:

Mantenha-se no Inquérito Civil, para fins de registro, a numeração designada para o ora convertido Procedimento Preparatório;

Dê-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco – CSMP/PE, bem como à Corregedoria a respeito das medidas adotadas através da presente portaria;

Encaminhe-se por meio eletrônico o inteiro teor dessa Portaria a Secretaria Geral do Ministério Público de Pernambuco, para fins de publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Promoção e Defesa do Patrimônio Público, para registro e estatística;

Oficie-se à Central de Inquéritos da Capital solicitando informações acerca de existência de investigação acerca dos fatos objeto do presente procedimento, bem como de eventual denúncia oferecida em face do mesmo. Saliente-se que não foi possível fornecer cópia recabida do expediente que encaminhou o procedimento à Central de Inquéritos, uma vez que o referido não consta nos presentes autos;

Reitere-se os Ofícios nº 762/15 e 763/15, encaminhados à Secretaria de Assuntos Jurídicos do Município do Recife e à Comissão Organizadora do Concurso de Agente de Segurança do Recife, respectivamente, tendo em vista ausência de resposta até o momento.

Observe a Secretaria da Promotoria de Justiça o número máximo de 150 (cento e cinquenta) páginas por volume e/ou anexo;

Anotações de costume;

Concluídas as providências elencadas venham os autos para análise.

Recife, 16 de setembro de 2016.

HODIR FLÁVIO GUERRA LEITÃO DE MELO

Promotor de Justiça em exercício cumulativo